

**Associação Nacional de História – ANPUH  
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007**

**Os espaços públicos urbanos brasileiros entre a escravidão e a modernidade.**

Arnaldo Ferreira Marques Júnior\*

**Resumo:**

Ao longo do século XIX as elites brasileiras procuraram implantar no país os novos equipamentos e hábitos que surgiam nas maiores cidades do Ocidente. Contudo, a simples importação de melhoramentos como bondes, paralelepípedos, iluminação a gás, água e esgoto encanados, não foi suficiente para modificar as formas tradicionais de uso dos espaços públicos urbanos no Brasil, tidos como locais de passagem e de trabalho. A explicação para tal persistência se encontra na manutenção da escravidão, a qual implicava em uma rígida segregação social dos espaços. Para exercitar a sociabilidade ao ar livre, símbolo dos novos tempos, em lugar dos bulevares elegantes as camadas dominantes implantaram parques públicos porém fechados, excludentes, onde podia passear sob o abrigo de grades e agentes da “ordem”.

**Palavras-chave:** história urbana, reforma urbana, espaço público.

**Résumé:**

Au cours de XIX<sup>e</sup> siècle, les élites brésiliennes ont cherché à pourvoir le pays des nouveaux équipements et des nouvelles habitudes que surgissaient dans les plus grandes villes de l'Occident. Cependant, la simple importation des améliorations techniques comme les tramways, les pavés, l'éclairage au gaz, la canalisation des eaux et des égouts ne fut pas suffisante pour modifier les formes traditionnelles d'usage des espaces publics urbains au Brésil, considérés comment des lieux de passage et de travail. Cette persistance s'explique par la manutention de l'esclavage, responsable d'une très rigide ségrégation sociale des espaces. Pour exercer leur sociabilité en plein air, symbole des nouveaux temps, plutôt que d'ouvrir des boulevards élégants, les couches dominantes ont fait construire des parcs publics fermés et exclusifs, où il leur était possible de se promener sous la protection des grilles e des agents de «l'ordre».

**Mots-clés:** histoire urbaine, travaux urbains, espace public.

Na Cidade de Santos, considerada já o principal núcleo portuário da Província de São Paulo, o fotógrafo Militão Augusto de Azevedo captou, c. de 1865, dezenas de cenas urbanas, que posteriormente reproduziu em um álbum vendido a viajantes e colecionadores. Uma dessas fotografias retrata o Largo da Misericórdia e seu chafariz. A Igreja da Misericórdia fora demolida há décadas, persistindo o nome por puro atavismo, ao passo que o chafariz – o maior da cidade e denominado oficialmente “da Coroação” em homenagem ao início do Segundo Reinado – era então relativamente recente: havia sido inaugurado por D. Pedro II em 1846.



“Largo do Chafariz” (Santos-SP, Brasil) c.1865. Autoria de Augusto Militão de Azevedo. Reproduzido de BARBOSA *et al*, 2004: p. 133.

Mais do que o simples registro da aparência daquele logradouro público santista, a fotografia de Militão nos revela um flagrante de seu cotidiano.

No largo desolado, árido, sem árvores ou qualquer outro tipo de vegetação à vista, um pequeno grupo humano foi retratado: há pelo menos dez pessoas circundando o chafariz e, até onde podemos ver, todas elas são negras e estão singelamente vestidas. Uma mula está estacionada junta a elas. Ao lado de um degrau sobressalente, aparentemente improvisado, onde subiu uma criança, jaz deitado um barril. Mula, barril, negros: trata-se sem dúvida de um flagrante de trabalho, envolvendo pessoas pobres, possivelmente escravos.

Nada nessa cena é casual: nem a aridez do lugar, nem a ausência de pessoas brancas. Em que pese o inevitável subjetivismo do fotógrafo ao enquadrar seu tema, o fato é que inúmeras fontes e estudos insistem em apontar os espaços públicos urbanos brasileiros do oitocentos como preferencialmente ocupados pelas camadas mais pobres, notadamente pelos escravos negros. As famílias brancas mais abastadas – as mesmas que compunham as Câmaras Municipais e decidiam os destinos da urbanização da cidade – evitavam as ruas, principalmente as mulheres, que as percorriam a pé apenas em situações especiais, como nas procissões religiosas ou para ir à missa.

Esses costumes, que os viajantes muitas vezes confundiam com atavismos islâmicos da cultura ibérica<sup>1</sup>, são explicados de outra forma pela historiografia. Maria Odila Dias, ao analisar a condição feminina na cidade de São Paulo do século XIX, dá uma primeira explicação para a ausência das mulheres no espaço público:

*“A tão propalada clausura das donas sempre ausentes era um costume imposto pelo espaço urbano ainda precário, por ruas mal calçadas sobre as quais era difícil andar, onde os homens armados, tropeiros e seus camaradas improvisavam disparadas a cavalo e tiroteios; rente ao muro das casas, amontoava-se o lixo; as ruas eram espaço de escravos e escravas domésticos levando os “tigres”, buscando água nas fontes, com muito vozeiro, às vezes com arruaças e brigas de faca. Não é de admirar que fosse raro sair à rua...” (DIAS, 1984: 67-68).*

Mas não seria apenas a precariedade dos espaços urbanos e a falta de ‘modos’ de alguns de seus ocupantes a causa maior do distanciamento que a elite guardava deles. Havia algo sem dúvida mais profundo que distinguia o Brasil dos países europeus, onde uma nova forma de sociabilidade urbana era praticada em espaços públicos.

A própria Maria Odila Dias completa, logo a seguir, a resposta à essa questão, ao afirmar que:

*“O abismo e a desigualdade do meio escravista, dificultava a adoção de costumes mais burgueses e acentuava a necessidade de aparato, ostentação, resguardo e distância social, próprio das grandes senhoras, que mal se deixavam ver. (...) Sair de casa implicava elaborado ritual de palanquins, liteiras e redes lavradas (...). Havia uma hierarquia rígida do espaço social e a peculiaridade dos poucos e raros senhores de terra era o quase nunca aparecerem em público; passavam a vida intramuros, visitando-se uns aos outros, em rituais elaborados de pares e iguais.” (DIAS, 1984: 68).*

Era sem dúvida a escravidão o fator fundamental a afastar as elites das ruas. A necessidade de reproduzir no cotidiano a dominação senhorial materializava-se, no meio urbano, na recusa do espaço público como ‘locus’ de sociabilidade possível aos homens livres da elite dirigente. Enquanto espaço do trabalho braçal, isto é, dos negros, as ruas tornavam-se indignas das classes “superiores”, que deviam evitá-las o máximo que pudessem.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Diz Paulo César Marins: “A inexistência de convívios burgueses na maioria das cidades e vilas brasileiras foi, por exemplo, associada por grande parte grande parte dos viajantes à herança mourisca de reclusão”. Conf. MARINS, 2001: 30.

<sup>2</sup> Diz Paulo César Marins: “A longínqua tradição islâmica de decoro era fator certamente menos significativo do que a imperiosa necessidade de legar os serviços externos aos escravos, apanágio da condição senhorial tanto quanto as aparatosas visitas a igrejas ou os raros eventos sociais.” Conf. MARINS, 2001: 30.

Em meados do século XIX as cidades brasileiras passaram por um acelerado processo de transformação, contudo a persistência da escravidão fazia com que a mesma elite que procurava modernizar os espaços públicos urbanos segundo modelos vindos da Europa fosse também a classe que encarava ruas e praças como locais hostis, povoados por ‘outros’ sociais herdados dos tempos da colônia. No caso citado do Largo da Misericórdia, esta contradição tornou-se mais aguda nas décadas que se seguiram à inauguração do chafariz, quando se inicia o processo de modernização das principais cidades brasileiras, gerando formas e significados próprios de organização do espaço urbano enquanto perdurou a escravidão.

A primeira fase desse processo de modernização urbana se deu pela introdução dos *melhoramentos*. Vamos encontrá-los em toda a parte: nos discursos oficiais, nos editoriais dos jornais, nos livros técnicos, nas campanhas eleitorais e, ao menos no Brasil, nos nomes de inúmeras empresas. Materializados principalmente nos novos serviços proporcionados pela Segunda Revolução Industrial, tais como ferrovias urbanas, carris (bondes), gás, água e esgoto encanados, os *melhoramentos* podiam porém tomar a forma de qualquer iniciativa que visassem modernizar nossos hábitos e condições tradicionais.

Mesmo o verde podia ser considerado *melhoramento*: na 5.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Santos, ocorrida em 23 de março de 1869 o vereador José Teixeira da Silva Braga Júnior levou ao conhecimento de seus pares a seguinte indicação:

*“Em benefício da salubridade publica, recreio dos habitantes e embellesamento d’esta cidade, indico para que, adoptando nós a idéa que hoje se vê dominante em todas as cidades do mundo civilizado, tratemos da arborização das nossas praças. Esta idéa trará sem dúvida grande melhoramento para a nossa cidade, que deve ir marchando a tomar o lugar que de direito lhe compete.” (Atas da CMS, Livro de 1864-1869, folhas 282 e 283).*

A clareza dos propósitos perseguidos pelo edil não poderia estar melhor explicitada: a cidade dos *melhoramentos*, entendida como “*dominante*” no mundo “*civilizado*” – o mundo que sobrepujava o arcaico universo do atraso – exibia entre suas inovações modernizadoras, uma “*idéa que hoje se vê*”, a qual, portanto, não se via *antes...*, a arborização dos logradouros públicos, notadamente das praças. Santos deveria implantar tais melhoramentos se quisesse integrar o rol das cidades civilizadas, passando assim a ocupar “*o lugar que de direito lhe compete*”.

Mas Braga Júnior foi além. Aos conceitos simbólicos, ideológicos, de “civilização” e “mundo civilizado”, o vereador acrescenta justificativas concretas que

transportavam a idéia do *melhoramento* proposto ao seu significado elementar, utilitário. As árvores que fossem plantadas nas praças serviriam a três funções muito bem definidas, úteis à cidade: “*salubridade publica*”, “*recreio dos habitantes*” e “*embellesamento [da] cidade*”. Higiene, lazer e estética.

Se a higiene e a estética diziam respeito aos preceitos sanitários e paisagísticos do oitocentos, o lazer sem dúvida remetia às novas formas de sociabilidade que iam se implantando nos chamados “países centrais” da Europa, onde desde meados do século XVII os divertimentos galantes vinham rompendo os limites dos palácios da aristocracia e invadindo os espaços públicos urbanos.<sup>3</sup> Foi nesse processo que, não apenas muitos jardins palacianos urbanos foram abertos à frequência pública, como também implantaram-se parques inteiramente novos, criados pela burguesia ascendente que deles iria usufruir. O símbolo máximo do novo parque burguês, que a partir da segunda metade do século XIX serviu de modelo a todo o Ocidente, foi sem dúvida aquele introduzido em Paris pelo engenheiro Jean-Charles Alphand a partir de 1855, dentro das reformas empreendidas pelo prefeito parisiense George Eugène Haussmann, Barão de Haussmann, entre 1854 e 1870.<sup>4</sup>

Esses parques burgueses apresentavam quase sempre uma feição ‘à inglesa’, romântica, a qual apresentava-se como um simulacro da natureza, exibindo lagos e riachos sinuosos, grutas, ilhas, cascatas, alamedas em ‘nó’ e vegetação densa<sup>5</sup>; configurando uma opção à jardinagem “clássica” – também conhecida como ‘francesa’ –, caracterizada pelo uso de linhas geométricas em canteiros e espelhos d’água, arbustos aparados, tudo disposto em rigorosa simetria. O jardim francês servia basicamente para emoldurar os grandes palácios absolutistas, reproduzindo em vegetais e tanques a arquitetura barroca que o cercava.

O parque inglês, ao contrário, ao tentar imitar um bosque natural, negava a arquitetura do entorno e mesmo a cidade que o abrigava, afastando-se delas o máximo possível. A densa vegetação devia encobrir a vista dos edifícios das ruas vizinhas, assim como abafar os ruídos urbanos, para o que contribuía o murmurar das fontes e cascatas artificiais.

---

<sup>3</sup> O Brasil participou timidamente da primeira fase da implantação de parques abertos ao público, ainda no âmbito de uma sociedade aristocrática, com os Passeios Públicos das cidades Rio de Janeiro (1783), Belém (1805), e Salvador (1813). Conf. SEGAWA, 1996: 87, 114 e 120, respectivamente.

<sup>4</sup> A Paris do Segundo Império serviu de modelo não apenas aos centros urbanos de países periféricos, mas também para muitas das cidades européias. Donatella Calabi, por exemplo, trata da importação do modelo parisiense pelas principais cidades italianas no texto intitulado “O papel de Paris na urbanística italiana do século XIX: o mito da modernização” in SALGUEIRO (org.), 2001: 103 e seguintes.

<sup>5</sup> Fabio Robba e Silvio Macedo denominam a estética do jardim francês de “linha clássica”, enquanto a do jardim de gosto inglês recebe o nome de “linha romântica”. Conf. ROBBA e MACEDO, 2002: 56 e 72, respectivamente.

Quando os melhoramentos tornaram-se uma necessidade no Brasil, exigindo a modernização de nossas cidades, a persistência da sociedade escravista em plena segunda metade do oitocentos proporcionava um motivo a mais para justificar a escolha do fechado parque em estilo inglês nas ações de arborização urbana executadas nesse período. Com efeito, em que pese os bondes que trafegavam pelas vias públicas, os lampiões a gás, o encanamento subterrâneo ou mesmo o calçamento de muitos locais, o fato é que no último quartel do século XIX as ruas e praças do Império brasileiro continuavam a desempenhar o papel de ‘*locus*’ do trabalho braçal, constituindo assim o território dos escravos e pobres, imprestável por definição à sociabilidades das elites.<sup>6</sup>

Encarados como solução possível ao impasse representado por uma sociedade intrinsecamente excludente que ansiava, porém, criar espaços públicos onde pudesse vivenciar uma sociabilidade “moderna”, inspirada nos países europeus, os parques ou jardins públicos ‘à inglesa’ espalharam-se pelas cidades brasileiras nas últimas décadas da monarquia, ao contrário dos bulevares haussmanianos, desconhecidos entre nós antes da extinção da escravidão.

Era esse modelo que o vereador santista José Teixeira da Silva Braga Júnior tinha em mente quando em 1869 defendia a arborização das praças da cidade.

A iniciativa de Braga Júnior, efetivamente posta em prática, surtiu a princípio um efeito limitado: o primeiro parque público “moderno” foi implantado em Santos apenas seis anos depois, entre 1875 e 1876. Tratava-se do Jardim Público do Largo da Coroação, nova denominação do antigo Largo da Misericórdia retratado por Militão anos antes. Esse parque ‘à inglesa’, gradeado e dotado de um lago com ilha e coreto, servia entre outras coisas para abrigar apresentações musicais, antes executadas pelas ruas da cidade, não sem conflitos. O caráter excludente desse e de outros parques que se projetavam para Santos fica claro na indicação que o vereador Ignácio Wallace da Gama Cochrane faz à Câmara Municipal em 12 de junho de 1875, tencionando adicionar ao Código de Posturas santista o seguinte texto legal:

---

<sup>6</sup> A tese defendida por pesquisadores como Ana Lúcia Lanna e Paulo César Garcez Marins, segundo os quais grande parte da vida urbana no período final da monarquia e início da república era praticada na rua, não está em contradição com minha afirmação. Ao contrário, o fato das camadas populares usarem cotidianamente as ruas como extensão de suas casas apenas reforça o ideal elitista de ‘fuga’ da rua. Conf. LANNA (1996), notadamente página 103 e seguintes, e o artigo de Paulo César Marins in SEVCENKO (1998), notadamente pp. 137 e 138.

*Artigo unico. Nos jardins d’esta cidade serão observadas as seguintes disposições:  
§ 1.<sup>a</sup> Fica prohibido o ingresso nos mesmos jardins de pessoas descalças  
§ 2.<sup>a</sup> É igualmente prohibido pisar-se na grama, colher flôres, tirar plantas ou danmifical-as por qualquer forma.  
§ 3.<sup>a</sup> Os contraventores incorrerão na multa de 10\$000 ou soffrerão trez dias de prisão, sendo escravos. (Atas da CMS, Livro de 1875-1880, folha 16).*

Formulada no momento em que a municipalidade executava o ajardinamento do Largo da Coroação, esta proposta apresenta a nítida preocupação de resguardar a integridade de um equipamento público então inédito, posto à disposição de uma população acostumada a, nas ruas, pisar onde quer que fosse e arrancar livremente a vegetação. Porém, há na indicação de Cochrane uma outra questão, apresentada sutilmente. Trata-se da proibição do ingresso de “pessoas descalças”, a qual implicava, na prática, na interdição à entrada de escravos nos jardins, dado que, por mais bem arranjadas fossem as suas roupas, os cativos tradicionalmente andavam descalços, sendo a ausência de sapatos uma marca evidente da condição de escravo.<sup>7</sup> A cidade dos *melhoramentos*, “civilizada”, devia ser o espaço dos homens e mulheres livres.

Os jardins públicos que se implantaram no Brasil do final do oitocentos eram portanto espaços públicos muito peculiares, pois apesar de situados em plena área urbana e abertos à população em geral, na verdade representavam um refúgio da cidade escravista. Não apenas sua disposição formal, simulacro de bosque, negava a cidade circundante, como as grades de ferro que invariavelmente os cercavam serviam para criar um mundo à parte, onde a vulgaridade das ruas “negras” não podia penetrar e a hierarquia necessária à manutenção da ordem escravista não corria o risco de ser quebrada.

Esta ‘fuga’ empreendida pelas elites do Império se manifestou, aliás, em escala ciclópica, tomando nada menos que a dimensão de uma cidade inteira: Petrópolis. Criada a partir de 1843, quando o jovem imperador D. Pedro II mandou construir um palácio e um povoado no alto da Serra da Estrela, Petrópolis conheceu rápido desenvolvimento, passando de povoado a cidade em apenas quatorze anos. A causa de tanto sucesso não era apenas a busca do conforto climático que a cidade serrana proporcionava durante o verão, enquanto a Corte “fervia”; nem tampouco o medo das doenças que acompanhavam o calor litorâneo. Colonizada deliberadamente por alemães, a cidade imperial permitia à elite passear

---

<sup>7</sup> Luís Felipe de Alencastro desenvolve esta questão em seu artigo “Vida privada e ordem privada no Império” in ALENCASTRO, 1997: 78.

livremente pelo espaço urbano sem ter de misturar-se à multidão de negros que povoava as ruas da Capital.

Jeffrey Needell cita em seu *“Belle Époque tropical”* as impressões do inglês Pearce Edgcumbe sobre Petrópolis, a qual visitou em 1887: “Petrópolis é uma elegante estação de águas (sic), (...); a população está notavelmente livre da cor escura e, em geral, orgulha-se de seu aspecto europeu.” (NEEDEL, 1993: 179).

Toda Petrópolis era, por assim dizer, um imenso jardim público, o “Parque” arquetípico que povoava os sonhos de nossas elites escravistas.

Não por acaso, apenas poucos anos após ter sido abolida a escravidão, irrompem pelas praças e largos das cidades brasileiras os ‘jardins’, espaços abertos dotados de vegetação pouco densa, que não mais representam a fuga da cidade hostil mas, ao contrário, fundem-se com as ruas e edifícios do entorno<sup>8</sup>, partícipes de uma nova sociedade e de uma nova utopia urbana.

O conjunto das *reformas urbanas* executadas no período pós-escravista apontam para questões que vão muito além da paisagem. Mais do que tudo estava em curso a implantação de um novo conceito de cidade e das formas pelas quais os cidadãos interagiam com ela. A extinção da escravidão eliminara a inexorabilidade de uma rua “negra” contraposta às casas “brancas”, enquanto o maciço fluxo migratório europeu propiciava um considerável ‘branqueamento’ da mão-de-obra urbana, notadamente nos estados situados ao sul do Rio de Janeiro. A elite brasileira podia agora “modernizar-se” radicalmente, seguindo os modelos de vida urbana mais “avançados” da Europa. As modificações por que passam as praças atestam bem esse processo de profundas transformações.

As *reformas urbanas*, ao intervirem tanto na trama urbana quanto nas edificações públicas e privadas, produziram um novo território, fazendo do espaço público um cenário destinado ao passeio e ao convívio “civilizado” dos habitantes da cidade. Os novos jardins que as reformas urbanas implantaram acompanharam essa transformação. Longe de isolar-se da cidade, estes jardins eram exógenos, pensados enquanto elementos da paisagem urbana, interagindo diretamente com os edifícios que os cercavam. Se o lazer ao ar livre em meados do oitocentos ocorria encarcerado em espaços gradeados, no início do século XX era a própria cidade, saneada e embelezada – “modernizada” –, que surgia como cenário de lazer e maravilha.

---

<sup>8</sup> A passagem do modelo dos parques fechados para o de jardins abertos constitui o eixo central de minha dissertação de mestrado, intitulada *“Campo, parque, jardim: transformações do espaço público urbano”*. Conf. MARQUES JR., 2006.

Com efeito, ao cidadão do início do novecentos eram oferecidos, enquanto equipamentos ideais de lazer ao ar livre, não mais a cascata e a alameda sombreada, isoladas da suja e tumultuada cidade circundante, mas sim a vista das fachadas geminadas de suntuosos palacetes; as reluzentes vitrines das novas lojas; os canteiros de flores coloridas que os emolduravam; as confeitarias, cinemas e cafés que se abriam para as novas ruas; as potentes luzes elétricas que permitiam sua fruição a qualquer hora. Um cenário onde a sociedade local não apenas podia, mas devia atuar como personagem principal.

### **Referencias bibliográficas:**

- ALENCASTRO, Luis Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org.) **História da vida privada no Brasil. Vol. 2 - Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, Livro de 1864-1869.
- BARBOSA, Gino Caldato *et al.* **Santos e seus arrabaldes: Álbum de Militão Augusto de Azevedo**. (primeira edição em c.1865). São Paulo: Magma Cultural e Editora, 2004.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX: Ana Gertrudes de Jesus**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição: Santos; 1870-1913**. São Paulo: HUCITEC; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- MARINS, Paulo César Garcez. **Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX**. São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP, 2001.
- MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil, Vol. 3 - República: da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARQUES JR., Arnaldo Ferreira. “**Campo, parque, jardim: transformações do espaço público urbano: a Praça Visconde de Mauá em Santos – 1740-1940**”. São Paulo: dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, 2006.
- NEEDELL, Jeffrey D.. **Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ROBBA, Fabio e MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP / IOESP, 2002.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos**. São Paulo: EDUSP, 2001.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1996.